

INFORMES

ENSINO DA CANCEROLOGIA NO CURSO DE GRADUAÇÃO EM MEDICINA*

INTRODUÇÃO

Segundo fontes do Ministério da Saúde, há previsão de mais de 500 mil novos casos de câncer para o próximo quinquênio. Atualmente, em cada 100 casos, 70 chegam para o tratamento em fase avançada; em cada 100 casos, 30 morrem no decorrer do primeiro ano de tratamento, devido ao estágio crítico da doença. As localizações mais frequentes, que variam de acordo com as regiões geográficas, são, em média: pele 26,1%; colo do útero 23,7%; mama 16,5%; cavidade oral (homem) 8,5%, aproximando-se o câncer da terceira causa de morte no Brasil. Os danos e prejuízos causados, como um todo, são imponderáveis, levando-se em conta, não somente aspectos nosológicos, mas o contexto psicossocial e econômico envolvidos.

Assim, é válido investir numa população de médicos em formação (cerca de 8 mil por ano) e alertá-los sobre estes fatos, preparando uma coletividade de saúde cônica do seu papel, capaz de correta avaliação e orientação, já que a triagem e a maioria dos diagnósticos, ou da abordagem inicial (mais de 70%), são feitas por médicos não especialistas em câncer. Portanto, não basta apenas alertar a população sobre os sinais e sintomas precoces de câncer, ou ter especialistas e ampla sofisticação terapêutica. Há necessidade, sim, de salientar para o estudante, e futuro médico, os fundamentos e as variáveis da Cancerologia, capacitando-o para melhor orientação da comunidade e conduta correta e interação com as Instituições especializadas, sem niilismos, pânico, ou falsa segurança.

Por outro lado, é patente o interesse revelado pela maioria das escolas médicas quanto a encarar o ensino da Cancerologia de maneira efetiva e dinâmica; é, também, unânime a opinião dos cancerologistas de que o ensino da matéria, ao nível de graduação, é inquestionável e necessário na formação geral do médico. Assim, o problema básico está em como ministrar a Cancerologia em seus aspectos básicos e gerais; conciliar e distribuir sistematicamente estes conhecimentos ao longo do Curso Médico.

A SOCIEDADE BRASILEIRA DE CANCEROLOGIA, perseguindo antigo objetivo, e sensí-

vel à necessidade de trazer ao debate, amplo e partícipe, a problemática desse ensino, e de medir os níveis e a qualidade das informações nessa área, nas escolas médicas, determinou a criação de uma Comissão de Ensino para esse fim especial (Comissão SBC). Esta, ciente da importância e da oportunidade da temática e, também, do *não* pioneirismo da iniciativa no Brasil, decidiu buscar elementos já pesquisados para compará-los com resultados de levantamento atual, retirando, assim, subsídios úteis para ter, no possível, uma visão panorâmica do assunto e estabelecer esquema de execução viável nas escolas de Medicina no País.

INICIATIVAS ANTERIORES

Uma pesquisa conduzida pelo Comitê de Educação Profissional da União Internacional contra o Câncer (UICC) revelou que um grande número de estudantes tem conhecimento reduzido de Oncologia e que suas idéias sobre o prognóstico são erradas e excessivamente pessimistas.

No Brasil, nos últimos 40 anos, alguns movimentos surgiram em torno deste tema, envolvendo nomes da Cancerologia nacional, como Mário Kroeff, Alberto Coutinho, Antonio Prudente, Jorge Marsilac e muitos outros. Mas, somente em 1976, como resultado de trabalho e organização de inúmeros colaboradores, especialistas em educação médica, comissões institucionais de vários níveis, tais como IUCC, OPAS, MEC, CFE, MPAS, AMB, e inúmeras escolas brasileiras e estrangeiras (particularmente latino-americanas), realizou-se em São Paulo, no período de 07/09 de outubro, a I Conferência Internacional sobre o Ensino da Oncologia nas Escolas Médicas da América Latina. A execução da mesma ficou a cargo da Fundação Centro de Pesquisa de Oncologia e da Casa Civil do Governo do Estado de São Paulo, como fruto da preocupação continental quanto à forma e ao conteúdo programático da Cancerologia nas faculdades. Na ocasião, foi enviado a todas as escolas médicas brasileiras um questionário que indagava sobre vários aspectos, tais como carga horária, interesse docente e discente quanto ao tema, níveis de ensino, dificuldades etc.

* Documento preliminar para discussão com representantes das escolas médicas

Desse levantamento, e após as deliberações de vários grupos de trabalho, resultou um documento com recomendações para dinamizar o ensino da Cancerologia, naquela época, na América Latina, respeitadas as características de cada instituição envolvida. Suas conclusões principais incluíram: a) formulação de um Programa Nacional de Câncer, de acordo com as condições próprias de cada país, com participação ativa dos organismos governamentais, universidades, sociedades científicas e entidades privadas; b) prioridade, nesse programa, para educação profissional em todos os níveis; c) definição de um mínimo de conhecimentos que permitissem ao médico recém-formado fazer diagnóstico precoce, orientar corretamente o paciente e colaborar com a luta contra o câncer; d) ensino obrigatório, organizado e centralizado, de acordo com as condições locais. Finalmente, além de ressaltar a importância da colaboração de todos os setores afins, nacionais e internacionais, o documento se encerrava com ênfase especial para sistemas de coleta de informações epidemiológicas e condições regionais.

A Comissão SBC, ao analisar uma amostra das respostas à época (23 instituições), observou o seguinte:

- como óbices para o ensino, apontaram-se os seguintes fatores:
 - a) pouca integração disciplinar . . . 43,4%
 - b) falta de enfoque epidemiológico 43,4%
 - c) ensino insuficiente 82,6%
- aproximadamente 86,8% concordavam quanto à necessidade de que, ou através da criação de uma disciplina (78,2%), ou de uma comissão interdisciplinar (8,6%), o ensino da Cancerologia fosse efetivado nas escolas médicas.

AVALIAÇÃO ATUAL

Nove anos transcorreram daquele movimento, sem grande progresso, no País, nessa área de ensino, não obstante iniciativas isoladas, não integradas e, até mesmo, independentes daquela Conferência. Hoje, poucas são as escolas que realmente apresentam maior espaço nos seus currículos, para o assunto, fato que a COMISSÃO SBC reconstatou, após a elaboração e o envio de um novo questionário, que não fugiu muito do texto e da intenção daquele de 1976, e buscava também traçar o perfil do ensino da Cancerologia.

O questionário foi enviado a todas as escolas médicas do Brasil, e numa primeira amostragem, obtivemos resposta de 42 faculdades. Como revelações, obtivemos:

- 58,5% tratam dos temas oncológicos dentro do espaço curricular de cada departamento;
- 21,9% dão ênfase especial ao ensino da Cancerologia, numa disciplina, ou departamento, apesar do enfoque dos demais departamentos;
- 75,6% têm cancerologistas no seu quadro de professores, ligados, entretanto, a vários setores;
- 17,0% possuem serviço ambulatorial de Cancerologia;
- quanto às dificuldades ao ensino: 25,6% alegam falta de meios; 23,0% alegam que a competição interdepartamental é prejudicial; 18,9% acusam falta de professores;
- 58,5% revelam interesse em desenvolver um serviço multidisciplinar de Cancerologia;
- quanto à relevância do ensino, 61,7% julgam indispensável e importante;
- 17,0% consideram questionável; 8,1% sem importância.

Após analisar os dados anteriores e a recente pesquisa da Comissão SBC, ressaltam os seguintes fatos:

- falta de sistematização do ensino da Cancerologia;
- informações, por vezes, conflitantes, ou incompletas, não integradas, abordadas por diferentes disciplinas, ou departamentos, com opiniões e condutas distintas;
- omissão de alguns pontos básicos, tais como epidemiologia do câncer; reabilitação e impacto psicossocial e econômico da doença;
- falta de cooperação interdepartamental, com insuficiente enfoque multidisciplinar, no que se refere à terapêutica;
- reduzido treinamento clínico.

FORMULAÇÃO DE PROPOSTA DE ENSINO

Considerando esse universo de informações, e visando à conciliação com o que já é realidade nas escolas médicas, a Comissão SBC propõe as diretrizes que se seguem para o ensino da Cancerologia.

Na graduação, seria o ensino distribuído nos três ciclos: básico ou pré-clínico; clínico e interno. Com isto, poderá haver integração gradativa e somatória de conhecimentos, ao longo destes ciclos, objetivando: a) informar sobre as características fundamentais do desenvolvimento do câncer e sua disseminação; b) informar sobre os meios de diagnóstico, com particular enfoque das lesões precoces e de seus sinais e sintomas, tratamento e discussão de resultados; c) observação do paciente como um todo, em suas necessidades assistenciais, emocionais, econômicas

e sociais; d) estimular interesse científico, incentivando a pesquisa.

A primeira parte seria ministrada na transição entre os ciclos básico e profissional, no 2º ou 3º ano, não como disciplina distinta, mas como unidade didática de disciplinas como Patologia Geral ou Mecanismos Básicos de Doença, e conteria com a seguinte delimitação de conteúdo:

Introdução ao estudo da Cancerologia. Correntes de investigação científica
 Biologia tumoral. Aspectos morfofuncionais dos tumores. Enfoque bioquímico
 Carcinogênese. Mutações. Meio ambiente X Genética: fenotipo tumoral
 Epidemiologia do câncer
 Relação tumor-hospedeiro. Evolução tumoral X aspectos constitucionais do hospedeiro
 Relação tumor-hospedeiro. Estadiamento
 Ciclo celular e compartimentos tumorais
 Radiobiologia

Esta sistemática de ensino, no ciclo clínico, deverá mimetizar a prática profissional, ou seja, exigirá abordagem multidisciplinar.

Há necessidade de formação de um Comitê de tumores, acessível a representantes de todas as áreas interessadas, mesclando departamentos e disciplinas, com a responsabilidade de coordenar ensino, assistência médica e pesquisa, em todos os níveis clínicos. Este mecanismo coordenador impõe-se para o bom êxito e a coerência didática, na elaboração de sinopses de quadros tumorais, discussão e manipulação de material interdepartamental, como também para dar seqüência a protocolos de tratamento e ênfase à investigação científica. A configuração deste Comitê fica a critério das escolas médicas, conforme a sua organização, mas recomenda-se a participação ativa de todos os cancerologistas do quadro da escola, quando houver.

Assim, cada disciplina, dentro de seu contexto nosológico, através dos seus elementos de representação no Comitê, de comum acordo, ou sob influência destes, teria, obrigatoriamente, de analisar os tumores específicos da sua área de ação, dissertando, no mínimo, sobre os seguintes tópicos: História natural do tumor específico; Prevenção e detecção precoces; meios de diagnóstico e prognóstico; terapêutica multidisciplinar (abordagem protocolar cooperativa); síndromes paraneoplásicas específicas; reabilitação e preservação; aspectos psicossociais e econômicos, dentro da realidade nacional.

Por outro lado, nessa mesma fase, dadas as incidências preferenciais de alguns tumores, por características regionais, poderiam ser salientados os aspectos particulares desses tumores através de simpósios, mesas-redondas ou painéis.

Finalmente, no internato, o estudante poderia optar por atividades eletivas, de duração limitada, no próprio hospital de ensino, ou em instituições especializadas, concentrando-se nas medidas de prevenção e detecção precoce do câncer.

Os convênios com instituições oficiais, e/ou particulares, na área de Cancerologia, podem e devem ser estimulados, no enriquecimento de colaboração, e no caso de algumas escolas, até para tornar viável a assistência médica.

COMENTÁRIOS FINAIS

A COMISSÃO SBC, com esta proposta, encontrou respaldo institucional junto à própria SOCIEDADE BRASILEIRA DE CANCEROLOGIA e à CAMPANHA NACIONAL DE COMBATE AO CÂNCER, com vistas a recursos humanos, ao planejamento de cursos específicos e de reciclagem (capacitação do docente), possibilitando contatos com CENTROS DE REFERÊNCIAS nacionais, além do preparo de material e textos didáticos, para distribuição. Igualmente, encontrou apoio na ABEM, que em reuniões regionais, com representantes das escolas médicas, procurará elaborar as estratégias de discussão e implantação deste plano, trabalhando junto com as mesmas, que devem satisfazer, inclusive no campo da Cancerologia, os três requisitos que conferem às atividades universitárias as características de pólos de desenvolvimento nacional:

1. aquisição de conhecimentos — produto de pesquisa
2. transmissão do conhecimento — objeto da atividade docente
3. utilização do conhecimento — traduzido em prestação de serviço, através de programas comunitários (campo docente-assistencial).

Esta conceituação doutrinária integra as faculdades no processo global do desenvolvimento sócio-econômico, sendo o mínimo que poderiam almejar, como instituições universitárias.

COMISSÃO SBC

Antonio André M. Perdicaris, Presidente
 Fernando Gomes de Mello
 Gilson Luchezi Delgado
 Romero Bezerra Barbosa

ABEM

Alice Rosa

CNCC

Hilton Augusto Koch